

PALÁCIOS DE PEDRA, PALÁCIOS DE PAPEL: A MEMÓRIA DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS EM ESCRITOS POÉTICOS

Milena Pereira SILVA¹

Resumo

Muitos estudos em diversos campos do saber têm sido desenvolvidos sob a perspectiva multimodal e multidimensional fornecida pela memória. Dentre as múltiplas abordagens que fazem uso das teorias da memória como arcabouço teórico, destacam-se aquelas que buscam compreender de que maneira se institui a memória específica de um evento histórico. No presente artigo objetiva-se fazer uso das teorias acerca da Memória desenvolvidas por Paul Ricoeur (2007), principalmente no que tange à ideia de comemoração, para abordar um corpus de pesquisa constituído por alguns dos poemas que celebram a construção do Complexo de Mafra (1730), poemas estes que fazem parte da política de memória estabelecida por dom Luís V, rei que mandou erigir o monumento. Admitimos que tais poemas têm a função de comemorar a edificação do Complexo Arquitetônico de Mafra e, como fenômeno inserido nos rituais de comemoração, se encontram no âmbito da memória coletiva.

Palavras-chave: Poesia; Arquitetura; Comemoração; Memória; Retórica.

Abstract

Many studies in various fields of knowledge have been developed from multimodal and multidimensional perspective provided by Memory. Among the many approaches that make use of theories of memory as a theoretical framework, we highlight those that seek to understand how is established a specific memory of an historical event. In this article, we make use of theories of Memory developed by Paul Ricoeur (2007), especially regarding the idea of commemoration, to address a research corpus constituted of some of the poems that celebrate the construction of the Mafra Complex (1730), poems that are part of

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pesquisadora do grupo Literatura e História Social da mesma instituição. Bolsista CAPES. Orientador: prof. Dr. Marcello Moreira. E-mail: p.silva.milena@gmail.com.

the politics of memory established by Louis V, the king who ordered the building of the monument. We admit that these poems are meant to commemorate the building of Architectural Mafra Complex, and as a phenomenon inserted in the rituals of celebration are within the collective memory.

Key words: Poetry; Architecture; Commemoration; Memory; Rhetoric.

1. Introdução

No que concerne à importância do legado literário de uma dada ordem social para a manutenção de sua memória, cumpre dizer desde já que as relações entre literatura e memória não são estáveis e que cabe ao pesquisador estabelecê-las a partir do corpus selecionado, situado este sempre no tempo e no espaço. Em tal consideração encontra-se o cerne do projeto de pesquisa “Ut Architectura Poesis: a constituição da memória através de monumentos arquitetônicos e literários.”, que objetiva investigar as relações entre poesia, retórica, arquitetura, memória, poder e política no Antigo Regime Português, especificamente no que tange ao reinado de Dom João V (1706 – 1750). Julga-se que tais relações são passíveis de serem estabelecidas uma vez que é possível encontrar na literatura do período poemas laudatórios que visam salvaguardar a memória dinástica, prática comum da política de memória instituída no Antigo Regime, através do encômio do feito mais notável praticado pelo monarca: a construção do Complexo de Mafra, edificação que compreende Palácio, Basílica e Convento. Os procedimentos metodológicos adotados para determinar de que forma ocorrem estas relações compreendem o estudo sistemático do *corpus* poético e seu cotejamento com fontes históricas que referem os fatos louvados, bem como a operacionalização dos conhecimentos teóricos com vistas a produzir um ajuizamento autônomo acerca do tema. Para além do objetivo principal desta pesquisa, conforme citado acima, pretende-se pensar a monumentalização da memória dos grandes personagens históricos através dos usos sociais dos fazeres poético e arquitetônico, bem como evidenciar a atualização do *topos* horaciano *Exegi monumentum* tanto na tratadística arquitetônica quanto na poesia efrástica produzida no Estado monárquico português do século XVIII.

A fim de desvendar as funções comemorativas da literatura em determinada formação social a partir dos diversos documentos escritos que remanescem, utilizamos o arcabouço teórico fornecido pelos estudos em memória desenvolvidos por Paul Ricoeur (2007) e Edward Casey (2000). Segundo Ricoeur (2007, p. 60) os atos de comemoração não devem ser

limitados às celebrações religiosas e patrióticas, o que permite estender tais atos aos monumentos arquitetônicos cuja função comemorativa subjaz aos princípios de funcionalidade, solidez e beleza, como tomados da arquitetura clássica nas palavras de Vitruvius (2007, p. 82). Tomamos de Casey (2000) a distinção entre os âmbitos da memória individual (rememoração) e coletiva (comemoração): o ato de comemoração encontra-se no nível do grupo, mesmo que a rememoração ocorra em âmbito individual, ou até mesmo não ocorra, uma vez que ao comemorar podemos estar repetindo um ritual que aprendemos no seio da comunidade afetiva da qual fazemos parte, não havendo necessidade de recuperar todos os passos da sua liturgia.

Para tratar da monumentalização da memória no que tange aos documentos escritos pautamo-nos em Jacques Le Goff (1984). O autor afirma que desde a Antiguidade romana o *monumentum* se refere a uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura ou a um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa. No caso específico de Mafra, o monumento atualiza estas duas condições de forma particular, uma vez que a construção tem seu caráter comemorativo, pois conjectura-se que tenha sido mandada construir em função de uma graça obtida pelo Rei (GOMES, 1876. p. 8 e PRADO, 1751. p. 2-3), e perpetua a memória daquele que a mandou erigir, salvaguardando-o do esquecimento que implica a morte física. A condição humana, naturalmente efêmera, não se conforma com as lacunas causadas pelo esquecimento que está imbricado no desaparecimento da forma física sobre a terra (RICOEUR, 2007. p. 425) e deseja viver através das palavras. Por conta disso, persegue-se tanto o estabelecimento dos monumentos que asseguram às gerações futuras um vínculo com o passado. A etimologia do vocábulo latino *monumentum* relaciona-se intrinsecamente a uma das funções essenciais do espírito (*mens*): a memória (*menini*) que quer dizer “o que traz à memória”. (LE GOFF, 1984, p. 95). Voltamo-nos também para a obra de Francisco Achcar (1994) para tratar da questão da monumentalização da memória na atualização da tópica horaciana “*Exegi a monumentum aere perennis*” tanto na tratadística arquitetônica quanto na poética do período sob análise. Os documentos-monumentos, sejam estes poemas que louvam a construção ou tratados que guardam os preceitos do fazer arquitetônico, conseguem ser ainda mais perenes que os monumentos em pedra aos quais se referem, uma vez que são passíveis de reprodução indeterminada através da cópia manuscrita ou da reprodução tipográfica. Desta forma é possível falar em “palácios de papel” instituídos através da escrita técnica dos tratados e da sua preeminência frente à construção orientada por

seus preceitos, pois os monumentos físicos estão sujeitos à voragem do tempo e às intempéries do clima, ao passo que a reunião dos preceitos nos tratados permite que em qualquer época seja erguido um monumento com as mesmas proporções, guardando a memória do fazer arquitetônico. Da mesma forma os poemas podem referir a monumentos que não mais existem, o que implica a vivificação da memória através do ato de comemoração com que o leitor se depara em contato com o texto escrito.

Por último, utilizamos os estudos acerca da corte de Dom João V reunidos por Levenson (1994), bem como a pesquisa profícua desenvolvida por Pimentel (1992) acerca das relações entre arquitetura e poder representadas pela magnitude do Real Edifício de Mafra.

2. Da história à Memória: Comemorar para salvar do esquecimento

A despeito da dicotomia estabelecida entre memória e história, pode-se afirmar que as narrativas que figuram nos registros da história são fruto de memórias que prevaleceram sobre outras por razões diversas. Dentre as razões que auxiliam na permanência de determinada memória destacamos os atos de comemoração que objetivam salvar do esquecimento aquilo que é digno de ser lembrado por meios de rituais sociais estabelecidos pelo *habitus*. Para a discussão empreendida neste artigo, admitimos que estes rituais compreendem a poesia laudatória comemorativa, amplamente realizada no século XVIII. Pautamo-nos principalmente em Paul Ricoeur (2007) para empreender esta discussão uma vez que fundamentamos o argumento deste trabalho numa passagem do autor, a saber:

Por certo, não se devem limitar os atos de comemoração às celebrações religiosas e patrióticas; as louvações e as pompas fúnebres também são celebrações; eu diria que elas se desenvolveram no tempo dos parentes e amigos, a meio caminho entre a memória privada e a memória social; mas esse tempo dos parentes e amigos e o espaço que está ligado a ele – cemitério, monumento aos mortos –, recorta-se contra o fundo do espaço público e do tempo social. Todas as vezes que pronunciamos ou escrevemos a frase: “em memória de...”, inscrevemos o nome daqueles que trazemos à memória no grande livro da co-lembrança, que se inscreve, por sua vez, no tempo maior. (RICOEUR, 2007, p. 60. nota 42).

Partimos deste adendo de Ricoeur para ampliar a abordagem do nosso objeto: trata-se de um *corpus* que compreende textos regrados retórica e poeticamente segundo o decoro exigido à época de sua escritura. Os textos selecionados compreendem poemas laudatórios,

portanto “louvações”, à construção do Monumento de Mafra, complexo arquitetônico erguido no século XVIII por ordem de Dom João V que compreende Palácio, Convento e Basílica. Assim como a construção, erigida em pedra, muitos monumentos literários, ‘palácios de papel’, foram erigidos em louvor do grandioso empreendimento. O registro poético faz parte da política de memória instituída no Antigo Regime português, que compreende uma série de procedimentos em diversos âmbitos do poder estatal que visam perenizar a memória da vida e dos feitos do monarca.

Uma vez que tais poemas louvam a figura e os feitos do rei e visam inscrever no tempo e na história o nome do mesmo, o retorno a estes textos encontra-se, como afirma Ricoeur, “a meio caminho entre a memória privada e a memória social” (*ibid.*), e é este percurso da memória privada à memória social nos atos de comemoração que nos empenharemos em explicar a seguir.

3. (Co)memorar, (Re)memorar

Comemorar. Rememorar. Embora ambos os vocábulos tragam em sua etimologia a palavra *memória*, a simples alteração do prefixo faz com que mesma oscile do âmbito individual ao âmbito coletivo. *Co-memorar*. A presença do prefixo latino indica a contiguidade: aqueles que partilham das mesmas memórias se unem para lembrar juntos, portanto *co-memorar*. *Re-memorar*. Aqui o prefixo, também latino, indica a repetição, o movimento de volta ao passado através das lembranças, a precedência do fato e o ato individual de evocação pautado nas afecções de que fala Paul Ricoeur:

Com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação. (RICOEUR, 2007, p. 73).

Os fenômenos da comemoração e da rememoração, embora evoquem uma divergência aparente entre o que é individual e o que se encontra na esfera do coletivo, têm seu cerne na memória e, portanto, devem ter seus estudos orientados sob as perspectivas que

abordam este objeto. Apesar dos prefixos, que obviamente ressemantizam o radical, a memória continua sendo uma categoria em funcionamento nestes dois fenômenos. Logo, é preciso compreender primeiramente em que medida a memória serve a estes dois atos. Para tanto lançamos mão dos estudos fenomenológicos sobre a memória desenvolvidos por Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2007).

Segundo o autor, a memória se apresenta como “único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar.” (RICOEUR, 2007, p. 40). Apesar da ambição vinculada à memória de ser fiel ao passado (*ibid.*) a mesma é pouco confiável, pois está sujeita às perfídias da imaginação e às armadilhas do esquecimento. Em suma, nas palavras de Ricoeur, “Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (*ibid.* grifo do autor).

A partir das definições de Ricoeur, nos voltamos, primeiramente, ao papel da memória no ato de comemoração. Antes é preciso pontuar a questão da distinção colocada por Ricoeur acerca do par opositivo memória/hábito, oposição esta que o autor toma da distinção operada por Henri Bergson, em *Matéria e Memória* (2010), entre memória-hábito e memória-lembrança. Segundo Ricoeur:

Nos dois casos extremos, pressupõe-se uma experiência anteriormente adquirida; mas num caso, o do hábito, essa aquisição está incorporada à vivência presente, não marcada, não declarada como passado; no outro caso, faz-se referência à anterioridade, como tal, da aquisição antiga. Nos dois casos, por conseguinte, continua sendo verdade que a memória “é do passado”, mas conforme dois modos, um não marcado, outro sim, da referência ao lugar no tempo da experiência inicial (RICOEUR, 2007, p. 43).

Retornando à distinção bergsoniana, Ricoeur descreve a memória-hábito como advinda do aprendizado e da memorização, sendo mais vivida que representada, repetida no presente da mesma maneira que os atos naturais de andar ou escrever, ao passo que a memória-lembrança é fortuita, espontânea, representada pela busca de uma imagem, sendo que o elemento tempo pode deturpar essa lembrança através da imaginação: “À memória que repete opõe-se a memória que imagina” (*op. cit.*, p. 44). Esta oposição importa ao ato da comemoração uma vez que coloca a dimensão do tempo nos fenômenos mnemônicos. A

memória pressupõe a anterioridade e somente é possível se reportar às lembranças a partir do distanciamento temporal.

Para Ricoeur, os rituais de comemoração fazem parte do vasto império de habilidades que compreendem a memória-hábito, uma vez que tais rituais, em sua especificidade litúrgica, constituem um *habitus*², ou seja, um conjunto de práticas sociais delimitadas através de um conhecimento advindo da memória e repetido através dos rituais que celebram e buscam imprimir na história a permanência desta memória. Nas palavras do autor:

Cabe acrescentar [Ao conjunto de habilidade aprendidas] os costumes sociais, os costumes morais, todos os *habitus* da vida em comum, uma parte dos quais é praticada nos rituais sociais ligados aos fenômenos de comemoração, que mais adiante oporemos aos fenômenos de rememoração, atribuídos unicamente à memória privada. (RICOEUR, 2007, p. 45)

Na passagem referida acima, Ricoeur deixa claro a que esfera da memória pertence cada um dos fenômenos. Ainda nos valeremos da dicotomia estabelecida entre memória-hábito e memória-lembrança para explicar por que os fenômenos de rememoração são exclusivos à memória privada. A rememoração se refere à memória individual à medida que tal tipo de memória é ativada por uma afecção, e esta por sua vez é sentida de maneira particular por cada indivíduo. Desta forma, os indivíduos que se lembram com o grupo oscilam entre a celebração compartilhada, ritual memorizado, aprendido e comemorado sem que o indivíduo do mesmo tenha nenhuma afecção particular, até o total arrebatamento produzido pela lembrança vivida, rememorada pelo indivíduo e também comemorada com o grupo.

Ao tratar dos fenômenos da comemoração devemos ter em mente que os rituais comemorativos nos remetem àquilo que aprendemos (ou memorizamos), sem nos dar conta, e de que nos recordamos no seio do círculo social em que vivemos, ou seja, tais “maneiras de aprender que encerram saberes” (*op. cit.* p. 73) nos remetem à dimensão da memória coletiva, como postulada por Maurice Halbwachs (1990). O conceito de memória coletiva, formulado

² Tomamos como referência o conceito de *habitus* como formulado por Pierre Bourdieu e que se refere “ao sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações”. (NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004).

por este autor, nos recorda de que compartilhamos memórias com a comunidade afetiva na qual estamos inseridos, mesmo que não façamos parte de tais memórias diretamente ou que as mesmas se encontrem muito distantes de nós no tempo e no espaço.

(...) para melhor me recordar, eu me volto para eles [os outros homens que tiveram lembranças em comum comigo], adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1990, p. 27)

O ato de se lembrar, embora individual, só pode ocorrer no interior da comunidade de que o indivíduo faz parte, pois este se encontra inserido em grupos sociais com os quais compartilha memórias. Dessa forma a comemoração encontra-se no âmbito da memória coletiva visto que se refere aos *habitus* da vida social, aos costumes comuns, aos rituais sociais que aprendemos e que têm a função de fazer com que determinados eventos históricos não sejam esquecidos. Na maior parte das vezes não tivemos participação no ato que comemoramos, mas a repetição, a imposição por meio do Estado do que é digno de ser comemorado, nos leva a co-participar das lembranças e comungá-las com os demais membros da comunidade.

Sobre a relação entre estes rituais sociais e a memória Edward Casey (2000) apresenta uma observação importante acerca da participação “daqueles que se lembram comigo”, ou os “outros”:

But we were nevertheless commemorating and in this capacity engaging in remembering of a certain sort. What kind of remembering is this? A crucial component of the answer to this question has to do with the role of *others* – my companions in commemoration. If I am remembering at all on such an occasion, I am remembering with them, and they with me. It is a matter of something thoroughly communal. Indeed, it is almost as if the absence of recollection on my past – and doubtless that of other individuals – was somehow being compensated for by an activity that occurred at the level of the group. (CASEY, 2000, p. 216-217)³

³ “Mas estávamos comemorando, no entanto, e nesta capacidade se engaja em certo tipo de lembrança. Que tipo de lembrança é essa? Um componente crucial da resposta a essa questão tem a ver com o papel dos *outros* – os meus companheiros na comemoração. Se eu me lembro nesta ocasião, eu estou me lembrando com eles e eles comigo. É uma questão de algo bem comum. Na verdade, é quase como se a ausência de lembrança no meu passado – e sem dúvida a de outros indivíduos – foi de alguma forma compensada por uma atividade que ocorreu no nível do grupo”. (Tradução nossa).

Casey retoma a esfera da memória coletiva colocando o ato de comemoração no nível do grupo, mesmo que a rememoração ocorra em âmbito individual, ou até mesmo não ocorra, uma vez que repetimos um ritual que aprendemos não havendo necessidade de recuperar todos os passos da sua liturgia, constituindo uma efetuação da memória feliz.

4. Considerações Finais

Neste ponto, após as considerações acerca das peculiaridades dos atos de rememoração e comemoração e de sua relação com a memória, nos voltamos para a citação de Ricoeur, colocada nas primeiras linhas deste artigo, para operar a abordagem do nosso objeto de estudo.

Se “não se deve limitar os atos de comemoração às celebrações religiosas e patrióticas; as louvações e as pompas fúnebres também são celebrações” (RICOEUR, p. 60, nota 42), estendemos o domínio do fenômeno de comemoração à produção poética à época da construção do Monumento de Mafra, pois tais textos, ao louvar a grandiosidade da obra, e conseqüentemente de quem a mandou construir, fazem parte do dever de memória que determina o que é digno de ser lembrado e comemorado para que se salve do esquecimento.

Também podemos situar os atos de comemoração literária a meio caminho entre a memória privada e a memória social (*ibid.*). Uma vez que buscamos interpretar o texto literário com base em valores vigentes à época da sua escritura, tentando nos aproximar ao máximo da leitura feita por aqueles que primeiramente tiveram contato com a obra, podemos afirmar que tais poemas fazem parte da memória historicamente constituída acerca dos fatos, não estando mais, no período em que foram produzidos e ao qual nos reportamos, na atribuição da memória particular (pois esta fora evocada pelos que leem) e se aproximando da memória social acerca do fato histórico que representam. Sendo a obra arquitetônica um símbolo do poder real e compreendendo a representação do rei como corpo místico, é possível sustentar que tudo o que se volta para a perenização da figura do rei e de sua magnanimidade faz parte de um esforço de memória e de uma memória exercida, ensinada através da história e orientada pela apreciação da arte, que compreende os poemas que constituem nosso *corpus* de análise. Sobre a memória exercida, Ricoeur ainda nos diz:

De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum, tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionais. Um pacto terrível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração. (RICOEUR, 2007, p. 98).

O ‘pacto terrível’ de que fala Ricoeur nos remete aos abusos da memória, exercidos pelo poder que visa mais ao bem comum que à verdade dos fatos históricos. Se determinada memória se estabelece, este processo se dá através da escolha de fatos específicos no rol daqueles elencados pela memória. Este trabalho de seleção e ‘esquecimento planejado’ é operado tanto pelo historiador quanto pelo poeta que deve seguir o decoro exigido pelo ritual de comemoração demandado pela poesia.

A partir de todas as reflexões empreendidas no decorrer deste artigo podemos responder de maneira positiva à questão radical colocada por Ricoeur (2007, p. 60) a respeito do pacto estabelecido entre memória, esquecimento e comemoração:

(...) a espécie de perenização, operada pela série das reafetações rituais para além da morte um por um dos co-celebrantes, não faz de nossas comemorações o ato mais loucamente desesperado para fazer frente ao esquecimento em sua mais sorrateira forma de apagamento dos rastros, de devastação?

Referências Bibliográficas

ACHCAR, F. **Lírica e lugar-comum**. Alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: EDUSP, 1994.

BERGSON, Henry. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do Pensamento moderno).

CASEY, Edward. S. **Remembering: a phenomenological study**. 2nd ed. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

GOMES, Joaquim da Conceição. **O Monumento de Mafra**: Descrição minuciosa d’este edifício. Idea geral da sua origem e construção e dos objectos mais importantes que o constituem. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEVENSON, Jay. A. (Org) **The Age of the Baroque in Portugal**. Whashington: National Gallery of Art, Yale University Press, 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p. (Pensadores & Educação, v. 4).

PIMENTEL, Antônio Manuel Filipe Rocha, **Arquitectura e Poder: O Real Edifício de Mafra**. Coimbra: Livros Horizonte, 1992.

PRADO, João de São Joseph do. **Monumento Sacro da fabrica, e solemnissima sagração da Santa Basílica do Real Convento de Mafra**. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarca, 1751.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. São Paulo: Martins, 2007. (Coleção todas as artes).